

3030-163 Coimbra, todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de 15 dias, a contar da publicação destes éditos no *Diário da República*, o projecto apresentado pela CENEL — Electricidade do Centro, S. A., Centro de Distribuição da Guarda, para o estabelecimento de uma linha aérea, a 15 kV, com 2000 m de ap. n.º 7 LAT para PTAS 124/SBG em Quinta Entre Montes a PTAS 199/SBG; em Quinta da Fieiteira da Raia, freguesia de Vale de Espinho, concelho de Sabugal, a que se refere o processo em epígrafe.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na Direcção Regional do Centro do Ministério da Economia ou na secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

27 de Março de 2000. — Pelo Director Regional, o Director de Serviços, *Lopes de Sousa*. 5-2-22 367

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE

Direcção-Geral da Acção Social

Declaração

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de Julho, que se procedeu ao registo definitivo dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

A instituição adquiriu personalidade jurídica, mediante a participação efectuada pela autoridade eclesiástica competente, nos termos do artigo 45.º do Estatuto citado e recebida em 10 de Dezembro de 1997 no Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo.

O registo foi lavrado pela inscrição n.º 9/00, a fl. 5 do livro n.º 6 das fundações de solidariedade social e considera-se efectuado em 16 de Abril de 1998, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do Regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação — Fundação Mariápolis;

Sede (provisória) — Rua de Eça de Queirós, 12, freguesia de Porto Salvo, Oeiras;

Fins — a criação de um centro de convivência estável e permanente que possa testemunhar a realidade de um pedaço de sociedade renovada pelo Evangelho e regida pelo amor recíproco como lei fundamental.

11 de Abril de 2000. — Pela Directora-Geral, o Director de Serviços, *António M. M. Teixeira*. 19-2-4928

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direcção-Geral da Saúde

Centro Regional de Alcoologia de Lisboa

Contrato

Por despacho de 28 de Março de 2000 do director do Centro Regional de Alcoologia de Lisboa:

Duarte Moura Mateus — celebrado contrato de avença ao abrigo do disposto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 299/85, de 29 de Julho, e ainda pelo n.º 1 do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, sendo válido pelo prazo de três meses, com início à data da publicação no *Diário da República*, considerando-se tacitamente renovado por iguais e sucessivos períodos, se não for denunciado por qualquer das partes, para prestação de serviços no Sector de Internamento, sendo a remuneração mensal de 145 500\$, em regime de 18 horas semanais e por turnos. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Março de 2000. — A Subdirectora, *Margarida Jordão*. 10-2-116 603

Contrato

Por despacho de 14 de Abril de 2000 do director do Centro Regional de Alcoologia de Lisboa:

Ilda Maria da Conceição Cordeiro Atenor — celebrado contrato de avença ao abrigo do disposto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 299/85, de 29 de Julho, e ainda pelo n.º 1 do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, sendo válido pelo prazo de três meses, com início à data da publicação no *Diário da República*, considerando-se tacitamente renovado por iguais e sucessivos períodos, se não for denunciado por qualquer das partes, para prestação de serviços especializados na área de enfermagem, no Sector de Internamento, sendo a remuneração mensal de 145 500\$, em regime de 18 horas semanais e por turnos. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Abril de 2000. — O Director, *Domingos Neto*. 03-2-40 796

Hospital Distrital de Águeda

Aviso

Contrato de prestação de serviços (avença)

Faz-se público que nos termos do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 299/85, de 29 de Julho, e em conformidade com o n.º 1 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 55/95, de 20 de Março, se encontra aberto concurso para celebração de contrato de prestação de serviços (avença) com pessoal técnico de informática, para assistência, acompanhamento e manutenção do Sistema SONHO.

Pretende-se que o concorrente desempenhe as seguintes funções:

- Faça a gestão e manutenção do Sistema SONHO;
- Faça a instalação de todo o *hardware* e *software* relacionado com o mesmo sistema;
- Esteja presente no hospital duas horas por dia, cinco dias por semana (das 8 às 10 horas);
- Esteja de prevenção das 10 às 16 horas, cinco dias por semana;
- Sempre que for chamado deverá responder no máximo em 20 minutos.

O período de duração do contrato será de 1 de Maio de 2000 a 31 de Dezembro de 2000, se ambas as partes chegarem a acordo em termos de prestação e montantes será o presente contrato renovável por períodos de 12 meses.

Aceitam-se propostas, as quais não podem exceder 450 000\$/mensais.

As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao presidente do conselho de administração, acompanhado de *curriculum vitae* resumido e certificado autêntico ou autenticado comprovativo das habilitações literárias.

O processo de candidatura deverá ser entregue no Serviço de Pessoal do Hospital Distrital de Águeda, sito na Rua da Misericórdia, 3750-130 Águeda, no prazo de cinco dias úteis contados a partir da publicação deste aviso.

10 de Abril de 2000. — O Administrador-Delegado, *Álvaro Manuel Ferreira de Castro*. 10-2-116 606

TRIBUNAIS

5.º JUÍZO CÍVEL DA COMARCA DE GUIMARÃES

Anúncio

Nos autos de falência, registados sob o n.º 143/00, pendentes no 5.º Juízo Cível da Comarca de Guimarães, em que é requerente Mahendrasing Jamnadas e requerido Joaquim António Rodrigues Magalhães, residente na Rua do Comendador António Magalhães, lote 5, 998, Cruz de Vilar, Caldas de Vizela, Guimarães, são citados os credores desconhecidos do requerido para no prazo de 10 dias, finda a dilação de 10 dias a contar da publicação no *Diário*